

A raça em questão: de onde vêm as ideias raciais que predominam na sociedade brasileira?

**aluna: Valéria Alves de Souza
semestre: 1o / 2010**

O presente trabalho tem como objetivo a exposição de interpretações sobre o Brasil, no que diz respeito às questões raciais, ao longo da sua história. Para tanto, será necessário perscrutar a literatura sobre o tema produzida até hoje. Algumas discussões recentes também serão abordadas.

O ensino de Sociologia envolve identificar, analisar e compreender a realidade social, buscando explicações fundamentadas por conceitos teóricos, afastadas do senso comum. Desse modo, veremos uma parte da história do pensamento que, em grande parte, contribuiu para nossa formação social, política e econômica e para a construção do ideário racial brasileiro. Em tal percurso histórico, começaremos pela construção da ideia de raça no Brasil, abordando o racismo científico e sua recepção, ideias de hierarquia racial, mistura de raças, progresso social, e seus efeitos. Visto que o tema “raça” circunscreve-se a diferentes visões científicas e que hoje as ciências genéticas provam que não existem “raças”, faz-se necessária uma rápida incursão sobre o histórico e as nuances que o conceito de raça e suas múltiplas interpretações vêm sofrendo ao longo do tempo. Iniciamos com uma pergunta: o que é “raça”?

Raça é um conceito que, como outros, foi criado em algum tempo e espaço geográfico. Os conceitos nos servem para pensar e classificar o mundo a partir de alguns critérios objetivos. As primeiras ideias sobre o conceito de “raça” remetiam à ideia de sorte, espécie e/ou categoria, não traziam a concepção de cor da pele e traços fenotípicos. A Botânica e a Zoologia foram as primeiras ciências a trabalhar com este conceito para classificação de animais e plantas. Já no século XV, “raça” tornou-se símbolo de descendência ou linhagem, ainda não se referia à cor da pele ou à questão biológica. No século XVI-XVII, o conceito de “raça” passa a designar e ser sinônimo de classes sociais. A nobreza francesa, por exemplo, se considerava a “raça pura”, que teria por isso mais aptidão para governar e dirigir o povo. Ainda no século XV, na Península Ibérica, iniciava-se um debate dentro da teologia questionando se os indígenas e negros eram de fato humanos, ou se seriam animais. Por fim, tanto o indígena quanto o negro foram incluídos na categoria humanidade e o negro passou a ser considerado descendente de Adão.

A partir do século XIX, as ideias de raça passam a ser acompanhadas de um determinismo biológico, a cor da pele e os traços fenotípicos, agora classificados cientificamente. Hoje, apesar das ciências genéticas terem provado que só existe uma raça, a raça humana, as ciências sociais continuam a trabalhar com o conceito “raça” por ser uma categoria semântica e

ter um conteúdo político. Além disso, raça se tornou uma categoria de discriminação e exclusão.

Passemos agora para o estudo da realidade brasileira. O Brasil era visto pelos estrangeiros como um país não branco, portanto selvagem e passível de ser dominado. Acoplado a isso, a visão preponderante era de um Brasil exótico e exuberante. No entanto, ora a natureza brasileira era vista como Arcádia, ora como um inferno. Nestes olhares, há quase sempre uma contaminação entre natureza e corpo, essa natureza pode ser pervertida, explorada ou sobrepujada. Estava embutida nestas ideias uma associação entre a natureza dos trópicos e a sexualidade dos nativos, despertando uma preocupação com a miscigenação. Para Von Martius (1982), a sociedade brasileira é mestiça, lasciva e essa natureza exuberante contamina os indivíduos na sua sexualidade. Era preciso classificar e controlar, colocar regras na mistura, que era vista como algo positivo, mas também como algo negativo.

Um dos autores mais polêmicos sobre esta visão do Brasil, sem dúvida, foi Gobineau, um conde francês que em missão ao Brasil ficou horrorizado com a população negra e mestiça. Segundo Raeders (1988), Gobineau foi um dos principais articuladores das ideias de degenerescência e racismo. Para Gobineau, o homem branco era de fato o conquistador que iria levar o ideal civilizador na conquista de outros povos. Percebia que, à medida que o colonizador encontra o colonizado, a miscigenação era inevitável, por isto este cruzamento precisava ser controlado. Pensava ele que, no Brasil, a situação era ainda pior, por conta da sexualidade exacerbada da população, provocada pelo clima e pela natureza exuberante. Por isso aqui o controle deveria ser intensificado.

Nina Rodrigues, outro importante autor, era médico e foi o primeiro a estudar os negros como expressão de raça no Brasil (de 1862-1906, aproximadamente). Seus três principais livros foram: *Os Africanos no Brasil*, *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* e *As raças humanas e Responsabilidade Penal no Brasil*. Em *Os Africanos no Brasil*, o autor faz uma pesquisa com os africanos vivos que aqui estavam para entender de fato a contribuição da cultura africana para o Brasil. Em um segundo momento, analisou os crioulos e mestiços. As explicações passam pelas teorias racistas da época. Orientado por estas ideias, Nina Rodrigues acreditava que, pelo fato dos negros constituírem uma raça inferior e serem numerosos, o Brasil não iria se desenvolver, pois corria o risco de ser governado por negros e mestiços. Essas ideias foram uma constante em toda sua obra. Embora ele aceitasse a cultura do negro e sua contribuição, temia que, se não houvesse um controle sobre negros e mestiços, o futuro do país estaria condenado.

O livro *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* foi um estudo pioneiro sobre as religiões do negro no Brasil. Rodrigues observou que muitos brancos de classe social abastada participavam do candomblé, porém às escondidas. Ele vai se perguntar por que os baianos não conseguiram aderir ao monoteísmo cristão. Logo responde que não conseguiram por terem certa incapacidade psíquica de entendimento a respeito do monoteísmo. Aponta que, mesmo com a repreensão da polícia aos terreiros de candomblé, não houve adesão dos negros ao catolicismo.

O autor estudou o candomblé e, ao se deparar com a possessão, procurou na psiquiatria

uma explicação científica para o fenômeno. O transe aconteceria, primeiramente, pelo estado “inferior” psíquico do negro. Segundo, por conta de uma anomalia. Os negros seriam esquizofrênicos, histéricos, e o contexto do ritual faria com que essa histeria se manifestasse por meio do transe. Neste trabalho, condena também a mistura entre brancos, negros e indígenas; o mestiço para ele seria uma “raça degenerada”. Em seu terceiro livro, *Raça e Responsabilidade Penal no Brasil*, parte da ideia de não ser possível desenvolver no Brasil uma fusão da cultura branca, negra, indígena. Sua tese central versa sobre a baixa capacidade mental de negros e indígenas. O autor argumenta que, por terem esta incapacidade de compreensão, não poderiam sofrer as mesmas sanções penais que o homem branco. Nina Rodrigues advoga para que haja dois códigos penais no Brasil: um para os negros e indígenas e outro para os brancos. Os negros, para o autor, deveriam ter uma responsabilidade penal atenuada, por não terem capacidade de entender suas ações.

A ideia de um Brasil sexualizado, degenerado por conta da mistura ou mestiçagem racial, vai percorrer toda a literatura. Pinho (2004) aponta que o discurso da miscigenação estrutura as ideias de raça, sexualidade e identidade nacional. Sugere que os elementos *gênero* e *sexo* fixaram-se como mediadores das práticas e dos discursos das reproduções sociais e biológicas, estabelecendo interpretações e leituras diversas sobre a mestiçagem. Uma dessas leituras que comunga natureza e corpo vem de Paulo Prado. Em seu livro *Retratos do Brasil* (1928), Prado dialoga com o racismo científico do século XIX. Para este autor, o homem branco português seria movido pelas paixões, não exercendo nenhum tipo de controle ou poder, pois era dado à luxúria, que é contrária à racionalidade.

Prado analisa que o português no mundo novo (Brasil), com sua ausência de pudor civilizatório, ao deparar-se com o clima e com toda a beleza da nova terra, tratou de fixar um comportamento anárquico e infrene. Para o autor, mantinham relações animais por causa do sensualismo que lhes inspiravam as terras e os índios brasileiros. Depois, com a chegada das negras africanas, dedicaram-se à luxúria e à cobiça pelo ouro, produzindo um esgarçamento do tecido social. Prado aponta que as relações raciais entre negros, índios e brancos eram atestadas pelo branco português através da dominação. Argumenta que, por falta de mulheres brancas e pela ideia de que tudo era permitido neste novo paraíso, a concubinação era a regra principal, resultando na miscigenação e no povoamento do Brasil. O autor acreditava que a miscigenação era a degenerescência, pois o português colonizador era um branco ruim. A mestiçagem seria resultado do contato com estes brancos conquistadores de imoralidade excedida, dados ao vício, ao crime e às paixões.

Já no século XX, outros autores estrangeiros, denominados brasilianistas, passaram a estudar as questões raciais no Brasil. Veremos mais à frente as ideias de alguns destes autores a partir da entrada do projeto UNESCO. Este projeto também contou com a participação de estudiosos brasileiros das relações raciais. Guimarães (2004) explicita, em seu artigo, a grande contribuição do Projeto UNESCO e dos então jovens pesquisadores para estes estudos. Diz ele:

A série de estudos sobre relações raciais que a UNESCO patrocinou no Brasil entre 1951 e 1953 foi decisiva para que jovens cientistas sociais brasileiros e estrangeiros refletissem de modo articulado e comparativo sobre a integração e a mobilidade social dos negros na sociedade nacional brasileiras. Nomes que despontavam no Brasil - tais como Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, L.A. Costa Pinto, Oracy Nogueira, René Ribeiro ou jovens estudantes norte-americanos - tais como Marvin Harris (1952), Hutchinson (1952) e bem Zimermann (1952), com a cooperação de mestres já estabelecidos - tais como Roger Bastide e Charles Waugley - e o acompanhamento vigilante de outros - tais como Gilberto Freyre e Donald Pierson, produziram o mais importante acervo de dados e análises sociológicas sobre o negro brasileiro (GUIMARÃES, 2004).

Na contramão destes autores, que viam o Brasil em processo de degenerescência por conta da mestiçagem, Gilberto Freyre lança novas questões sobre a constituição racial e sobre o futuro da população brasileira. A concepção freyriana está baseada na ideia positiva de mestiçagem. O autor atenua possíveis conflitos e nuances no relacionamento entre as raças. Freyre (1992) argumenta que haveria também certa mobilidade social: por haver uma intimidade entre as raças, a miscigenação diminuiria as desigualdades. Mas, o importante para este trabalho é a mudança de foco de Freyre, que sai da raça e passa a pensar o Brasil nos termos de uma cultura brasileira formada por negros, brancos e índios. Para ele, o que constrói a raça é o meio ambiente, a convivência.

As questões em torno da mestiçagem apresentam várias facetas, inclinando-se quase sempre para o lado oposto das ideias de Freyre, que, de certa forma, tornou-se hegemônica no senso comum. Nogueira (1985) argumenta que por trás dessa ideologia da miscigenação existe uma expectativa de desaparecimento do elemento índio e do elemento negro. A miscigenação é a manifestação do preconceito, prevê o embranquecimento da nação brasileira através de sucessivos cruzamentos da mulher negra com o homem branco. Denuncia que essa ideologia assimilacionista faz com que o negro abandone sua cultura em proveito de uma cultura nacional. Fry (2003) observa que, de certa forma, a colonização assimilacionista dos portugueses no Brasil definiu a identidade brasileira mesmo depois da descolonização. Fry se junta à crítica contra Freyre quando observa que, no Brasil, não existe tal convivência racial harmoniosa e ausência de racismo, pelo contrário, assim como Nogueira, aponta que a nação brasileira transformou os símbolos africanos em símbolos nacionais, tornando, assim, difícil identificar o racismo.

Costa Pinto (1976) parte de uma atitude crítica ao analisar que o negro é estudado como algo exótico, o negro é visto como espetáculo e não na sua condição real. Sobre a mestiçagem, elucida que na sociedade brasileira o mestiço possui o status de marginal tanto biológica quanto socialmente. Visto que os mestiços, na maior parte, são gerados por homens brancos, os filhos mestiços tornam-se ilegítimos. Para este autor, apesar disto, o mulato exerce uma vantagem sobre os negros, quanto menos preto o indivíduo for, mais oportunidades ele terá para transpor a barreira social, ele sempre estará mais próximo de ultrapassar a barreira social da cor.

Pinho (2004) comenta que o mestiço passa a ser o elemento principal da integração nacional e da modernização. No entanto, no processo de formação da cultura o elemento

miscigenador é masculino e branco. O negro passa por um processo de assimilação, um esforço de extinguir as diferenças étnicas, linguísticas, religiosas. O mulato torna-se uma figura emblemática, que além de ser um ícone da cultura nacional, produto da relação sexual entre brancos e negros, é tido como a “saída de emergência” para a mobilidade social. Com isso, a identidade negra é negada. Pinho comenta: “No conjunto dos procedimentos ideológicos de fabricação do consenso, o mestiço aparece antologizado, está posto” (PINHO, 2004, p. 101). O autor analisa que a figura do mestiço como salvador formata nossa concepção de auto-imagem nacional, na qual a história e a subjetividade intrínseca dificultam que nos desvinculemos dessa imagem. A corporalidade das negras e dos negros foi construída por elementos estigmatizantes destrutivos no processo de reafirmação e valorização da cultura negra. Porém, esses estigmas podem ser revertidos através do resgate da história e da valorização da imagem negra desvinculada do estereótipo sexual.

A ideia de raça proposta por Oracy Nogueira (1985) é um instrumento interessante para se abordar a dinâmica das considerações de cor/raça. Em *Preconceito Racial de Marca, Preconceito Racial de Origem*, o autor desenvolve dois conceitos – o de “preconceito de marca” e “preconceito de origem” – para distinguir e analisar as formas de manifestações do preconceito no Brasil e nos Estados Unidos. O “preconceito de marca” faz referência à aparência, à fisionomia, aos gestos, nesta condição é o fenótipo que conta, qualificando a condição racial brasileira. O “preconceito de marca” é relacional, a discriminação pode acontecer ou não, dependendo das formas estéticas, do contexto, da convivência, status e prestígio e da sensualidade da pessoa. O “preconceito de origem” se aplica à experiência norte-americana, diz respeito à ascendência, uma vez que nos Estados Unidos não existe um contexto relacional das relações pessoais, a segregação é incondicional. O mestiço, nesta sociedade, é automaticamente remetido ao grupo discriminado, sua filiação hereditária é que determina seu grupo social. Logo, da ideia de “preconceito de marca” pode se auferir uma ideia de raça negra no Brasil, vinculada à caracterização fenotípica, aos traços físicos, estéticos ou cosméticos.

As desigualdades raciais no Brasil também foram objetos de reflexão e pesquisa de pensadores como Florestan Fernandes, Carlos Hasenbalg e Edward Telles. Florestan Fernandes (1965) foi um dos jovens cientistas que participou do Projeto Unesco. Em seus estudos, Florestan faz uma explicação estrutural, como se os agentes sociais fossem programados pela estrutura. O autor apresenta três teses significativas para o estudo das relações sociais no Brasil: a metamorfose do escravo; a função do preconceito de cor; o negro não se integra na sociedade de classes. Fernandes contraria a visão de Gilberto Freyre a respeito da harmonia racial brasileira, observou que no Brasil o racismo era comum e difundido em todos os meios. No entanto, o autor afirma que, por culpa da escravidão, os negros não teriam condições de concorrer com os brancos no mercado de trabalho na sociedade moderna atual. Analisa que, na sociedade capitalista, o preconceito e a discriminação racial eram incompatíveis com a realidade competitiva do capitalismo moderno. No decorrer do tempo e com o desenvolvimento do Brasil, as ideias

racistas desapareceriam, esse era um dos seus focos de pesquisa. Outro aspecto de Florestan foi a não incorporação da categoria “mulato” e da questão referente à miscigenação como um valor. Essa ideia ressoava para ele como um modo de eliminação dos negros na sociedade, e aumentava a autenticidade da distinção racial.

Florestan esclarece que os negros no Brasil não adquiriram hábitos de classe operária, eram mais aptos à ordem escravista. Com a chegada do imigrante para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo, o negro foi tirado de cena. O autor culpabiliza a burguesia da época por afastar o negro do mercado e trabalho e não permitir que ele se organizasse. Aponta que, quando o negro aprendeu a se organizar de modo classista operário, os imigrantes estrangeiros já estavam estabelecidos. Por isso, afirma que o negro no Brasil não concorreu com os imigrantes no mercado de trabalho. A reação da população negra à sua substituição não foi a de denunciar o preconceito, mas de procurar se enquadrar ao comportamento dos imigrantes, tomando o imigrante um ponto de referência (FERNANDES, 1965, p.120). A imigração, portanto, acentua um padrão de preconceito pré-existente tornando-o mais visível.

Carlos Hasenbalg (1979) estuda o racismo como um fenômeno institucional, práticas que estão embutidas na vida social e que discriminam independentemente da doutrina e dos agentes sociais. Seu foco é entender o processo de discriminação e as desigualdades raciais existentes no Brasil. Em se tratando de desigualdade racial, Hasenbalg distancia-se das ideias de Florestan ao afirmar que o desenvolvimento capitalista do Brasil era compatível com o racismo, pois os negros eram desqualificados e não entrariam em competição no mercado de trabalho com os brancos. Desta forma, a sociedade branca continuaria dominando, a inferioridade da população negra iria perdurar, os negros continuariam a submeter-se à exploração material e metafórica dos brancos.

Baseados em dados estatísticos referentes às desigualdades sociais, habitação, mortalidade, educação, Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1992) se aproximam novamente de Florestan no que tange a existência de desigualdade e discriminação racial. No entanto, apesar de Hasenbalg afirmar as desigualdades econômicas entre a população negra e branca, a origem da desigualdade não estaria na diferença de classes sociais ou na escravidão, essa desigualdade se daria pelo fato dos negros brasileiros não terem oportunidades iguais aos brancos em relação aos vários aspectos da vida social, tais como saúde e educação, e mais, por serem tratados como um segmento racial estigmatizado. Assim, mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, o racismo não desapareceu e as posições de poder e privilégio tendem a continuar sendo dos brancos dominantes.

Concluindo essa breve revisão bibliográfica, esperamos ter contribuído para o esclarecimento sobre as ideias que corroboraram para uma visão racista do negro no Brasil. Conhecer as origens dessas ideias, que infelizmente ainda impregnam o senso comum, possibilita ao aluno perceber que foram construídas no decorrer de um processo de exclusão social. Permite compreender que a discriminação, para ser instaurada, necessita da legitimidade conferida por

ideias que não são verdades absolutas, referem-se a determinado local e época histórica. Também não são neutras, constituem-se de acordo com interesses de grupos dominantes. Talvez esse entendimento seja um primeiro passo para começarmos a desmontar os preconceitos tão arraigados na sociedade brasileira e para o desenvolvimento de uma percepção mais crítica com relação à questão racial.

RESUMO DA LITERATURA COMENTADA

Gobineau: Joseph Arthur, Conde de Gobineau, foi um Conde francês que em missão no Brasil, ficou horrorizado com a população negra e mestiça. Foi um dos principais articuladores das ideias de degenerescência e racismo.

Nina Rodrigues – Médico brasileiro informado pelas ideias de Gobineau, pensava que existiam camadas diferentes de negros, mulatos e brancos no Brasil. Para este autor, os negros, por serem inferiores, deveriam ter leis próprias para eles, que por conta de seu pouco desenvolvimento mental eram incapazes de assumirem seus próprios atos, eram quase instintivos e precisavam ser protegidos com leis diferenciadas.

Sílvio Romero - Com a abolição da escravatura, o Brasil começou a explicar cientificamente a questão da raça. Para Romero era preciso estudar os negros para saber o futuro do país, sendo que se a mestiçagem era um trunfo que o Brasil tinha, a questão era saber se isso era positivo ou não.

Batista Lacerda - Comungava com a ideia do branqueamento, pensando nesta perspectiva para o futuro do Brasil. Para este autor, os negros iam desaparecer por serem inferiores e os mulatos certamente procurariam pessoas mais alvas para se reproduzirem. Então, no máximo em 100 anos, a população brasileira seria branca. .

Gilberto Freyre - Acreditava que por conta da mestiçagem haveria certa mobilidade social entre a população. Para este autor haveria uma intimidade entre as raças e não uma distância social. Por conta da mestiçagem, o Brasil seria uma nação mais democrática que as outras.

Donald Pierson - Trabalha em sua obra o Brasil como uma sociedade multirracial de classe. Para ele, não existia, a rigor, racismo no Brasil, apenas grupos de "cor". Para o autor, os grupos de "cor" são abertos e baseados na aparência física, ou seja, são classes. A Raça, para Pierson, é uma forma de casta, então ele observa que não existe preconceito de raça e sim preconceito contra negros.

Charles Wanglely - Este autor expôs que a raça não existe em suas categorias, no entanto, as raças continuam. São sistemas classificatórios e formas de constituir grupos sociais a partir de marcadores e fronteiras. Ele fala sobre raças sociais.

Oracy Nogueira - Este autor faz uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Trabalha com as ideias de preconceito de marca e preconceito de origem. O autor observa que o preconceito facilitou a integração dos imigrantes europeus no Brasil e retardou a ascensão dos negros.

Roger Bastide - O autor trabalha com as manifestações do preconceito de cor. Enuncia que o preconceito de cor só os negros podem sentir. Fala do ideal da democracia racial e seus efeitos na prática, a relação entre cor e raça, o preconceito estético e sobre a miscigenação, ou seja, a mescla entre indígenas, negros e brancos como solução brasileira e como ideia de construção da nação.

Florestan Fernandes e o Projeto Unesco - Trata-se aqui das ideias centrais deste autor articuladas com seus trabalhos no Projeto Unesco. O autor trabalha a questão da metamorfose do escravo, a função do preconceito de cor e a não integração do negro na sociedade de classe.

Carlos Hasenbalg - Fala sobre as desigualdades raciais. Analisa que o racismo passa a ser conceito corrente para referir-se às sociedades coloniais e pós-coloniais. O racismo agora é pensado como institucional, ou seja, práticas que estão embutidas na vida social e que discriminam independentemente das doutrinas e dos agentes sociais.

L.A Costa Pinto - O autor pauta-se em uma titude crítica ao analisar que o negro é tratado e estudado como algo exótico, sendo visto como espetáculo e não em sua condição real.

Kabengele Munanga - Munanga analisa diferentes formas de manifestação do racismo no Brasil baseado em toda a história da nossa formação. Observa as relações sociais entre as ideias de nação e a miscigenação, o preconceito racial contra os negros, a implementação da Lei 10.689 e a problemática da reserva racial ou cotas de vagas.

Laura Moutinho – Analisa as relações afetivas/sexuais inter-raciais em perspectiva comparada entre Brasil e África do Sul. Faz um recorte na literatura brasileira analisando, nos contos e romances, o papel das negras e mulatas na literatura.

BIBLIOGRAFIA

- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. (2009). *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Global.
- CASHMORE, E. (2000). Dicionário das relações étnicas e raciais. São Paulo: Selo Negro.
- COSTA, Sergio. (2006). A agonia do Brasil mestiço. In: *Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FERNANDES, Florestan. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Nacional.
- FREYRE, Gilberto. (1999). *Casagrande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (1936). *Sobrados e Mucambos*, Rio de Janeiro: Editora Nacional.
- FRY, Peter. (2003). Culturas da diferença: Sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. In: *Revista Afro-Ásia*. Números 29/30.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. (1996). Cor, classe e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940 – 1960. In: MAIO, M. C. e SANTOS, R. V. (org). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- _____. (2004). *O Projeto Unesco na Bahia: uma volta crítica ao campo 50 anos depois*. Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 12 a 14 jun. 2004.
- HASENBALG, C. A. & SILVA, Nelson do Valle. (2003). Estrutura de classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social no Brasil. IN: *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- _____. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1992). *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.
- MAIO, Marcos Chor.. (2004). *Demandas globais, respostas locais, a experiência da UNESCO na periferia do pós-guerra*.
- MARTIUS, C. F. V. (1988). Como se deve escrever a história do Brasil. In: *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp.
- MOUTINHO, Laura. (2004). *Razão, Cor e Desejo: Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivos- sexuais Inter-raciais no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: UNESP.
- MUNANGA, Kabengele. (2004). Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica.
- PINHO, O. A. (2004). O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. IN: *Cadernos Pagu*, 923, Jul. 2004, p.89-119.
- PINTO, L. A. (1998). *O Negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- PIERSON, Donald. (1971). *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo: Editora Nacional
- PRADO, Paulo. (1928). *Retratos do Brasil*. São Paulo.
- RAESDERS, Georges. (1988). *O Inimigo cordial do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. (1977). *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense.
- _____. (2006). *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Nacional.
- _____. (2007). *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. (1993). Uma história de "Diferenças e Desigualdades": as doutrinas raciais do século XIX. In. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1871-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WAGLEY, Charles. (1952). *Race et classe dans le Brésil rural*. Paris: UNESCO